



CULTURA, CONHECIMENTO E MEDIAÇÃO DE SABERES EM SAÚDE

diálogos da informação e da educação popular

REGINA MARIA MARTELETO

HELENA MARIA SCHERLOWSKI LEAL DAVID

ORGANIZADORAS

Cultura, conhecimento e mediação de saberes em saúde

diálogos da informação
e da educação popular

Esta publicação está disponível em acesso livre ao abrigo da licença Attribution-ShareAlike 3.0 IGO (CC-BY-SA 3.0 IGO) (<http://creativecommons.org/licenses/by-sa/3.0/igo/>). Ao utilizar o conteúdo da presente publicação, os usuários aceitam os termos de uso do Repositório UNESCO de acesso livre (www.unesco.org/open-access/terms-use-ccbysa-port).

Esta publicação tem a cooperação da UNESCO no âmbito do projeto “Ampliação e Modernização das Ações do IBICT relacionadas às Atividades de Coleta, Armazenamento, Sistematização, Análise, Disseminação e Preservação de Dados e Informações Relativos à Ciência, Tecnologia e Inovação” (Prodoc 914BRZ2005). As indicações de nomes e a apresentação do material ao longo deste livro não implicam a manifestação de qualquer opinião por parte da UNESCO a respeito da condição jurídica de qualquer país, território, cidade, região ou de suas autoridades, tampouco da delimitação de suas fronteiras ou limites. As ideias e opiniões expressas nesta publicação são as dos autores e não refletem obrigatoriamente as da UNESCO nem comprometem a Organização.



50 ANOS
COLEÇÃO PPGCI
50 ANOS

CONSELHO EXECUTIVO

- › Gustavo Saldanha (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT; Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio)
- › Paulo César Castro (Escola de Comunicação – ECO/UFRJ)

CONSELHO CIENTÍFICO DA COLEÇÃO

- › Cecília Leite (Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT)
- › Miguel Ángel Rendón Rojas (Universidade Nacional Autónoma de México - UNAM)
- › Muniz Sodré (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
- › Ivana Bentes (Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ)
- › Naira Christofoleti Silveira (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – Unirio)
- › Rafael Capurro (Unesco)

COMITÊ CIENTÍFICO AD HOC

- › Carlos Alberto Ávila Araújo (UFMG)
- › Pedro José Santos Carneiro Cruz (UFPB)
- › Gustavo Henrique de Araújo Freire (UFRJ)
- › Sônia Acioli (UERJ)
- › Marilda Lopes Ginez de Lara (USP)

PREFACIADORAS

- › Maria Nélide González de Gómez (IBICT-UFRJ)
- › Vanderléia Laodete Pulga (UFFS)

COMITÊ DE ORGANIZAÇÃO

- › Regina Maria Marteleto (IBICT-UFRJ)
- › Fabiana Félix Ribeiro (IBICT-UFRJ)
- › Helena Maria Scherlowski Leal David (UERJ)
- › Patrícia Costa (IBICT-UFRJ)
- › Gabriel Teixeira (IBICT-UFRJ)
- › Karina Lopes (IBICT-UFRJ)

Regime de informação em redes de movimentos sociais na saúde: uma análise da educação popular e saúde¹

Marcus Vinícius Pereira da Silva²

1. Introdução

ESTE CAPÍTULO DE LIVRO TEM COMO OBJETIVO REALIZAR UMA REFLEXÃO SOBRE os processos de produção e divulgação do conhecimento na Educação Popular e Saúde (EPS), com foco nos atores acadêmicos. Nessa área do conhecimento e de práticas, esses atores atuam tanto em uma rede de movimento social quanto em um campo científico caracterizado, principalmente, pela construção compartilhada do conhecimento e pela incorporação dos preceitos da Educação Popular nos serviços e ações de saúde.

No entendimento da EPS, o diálogo entre profissionais de saúde, pacientes e a comunidade possibilita reorganizar as práticas de assistência e de promoção da saúde. Sendo assim, a EPS é vista como um instrumento de formação profissional e de gestão participativa nas políticas de saúde e possui diversos grupos ou coletivos em rede. Hoje, além de estar presente nas comunidades, a EPS possui representações nas universidades, nas secretarias de saúde e nos centros de formação profissional. Entre 2003 e 2016, a EPS ganhou espaço no governo federal e esteve presente na estrutura do Ministério da Saúde. Nesse período destaca-se o lançamento da Política Nacional de Educação Popular em Saúde, em 2012.

Para alcançar o objetivo proposto, recorre-se ao conceito de regime de informação desenvolvido na Ciência da Informação (CI) associado ao de rede e de campo científico de Pierre Bourdieu. Proposto inicialmente por Bernd Frohmann a

1 O presente trabalho é desdobramento da dissertação de mestrado “Construção e divulgação do conhecimento no campo da Educação Popular e Saúde” apresentada no Programa de Pós-Graduação em Informação e Comunicação em Saúde da Fundação Oswaldo Cruz e desenvolvido no âmbito do projeto de pesquisa “Antropologia da Informação e Redes Sociais na Saúde”, financiado pelo CNPq/MCTI e coordenado pela Dra. Regina Marteleto.

2 Doutorando em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense. Assessor em Gestão e Desenvolvimento Institucional da Casa de Oswaldo Cruz/Fundação Oswaldo Cruz. marcus.silva@fiocruz.br.

partir das críticas aos estudos de políticas de informação, o conceito de regime de informação foi reformulado por outros autores como Sandra Braman, Hamid Ekbia e Maria Nélide González de Gómez e observa-se o aumento do número de pesquisas que utilizam o conceito como recurso teórico-metodológico.

Os estudos sobre o regime de informação se enquadram na abordagem social da CI. Influenciada por outras áreas do conhecimento, principalmente pelas Ciências Sociais, essa abordagem emerge na década de 1990 diante da crítica ao positivismo, objetivismo e reducionismo matemático apresentado na abordagem documentalista e matemática e da concepção da informação descolada do usuário e o não reconhecimento dos condicionamentos históricos e sociais da abordagem cognitivista na CI (CAPURRO, 2003; FERNANDES, 2018).

Essa nova abordagem entende a informação como um construto social e os sujeitos são observados a partir de contexto social e histórico. Apesar de ser observado o crescimento de pesquisas de abordagem social a partir da década de 1990, ela já se encontrava presente na Biblioteconomia e na Documentação (CAPURRO, 2003), disciplinas que compõem conjuntamente com a CI os Estudos da Informação e Documentação. De acordo com Cronin (2008), algumas obras que já alertavam sobre a importância do social nessa área do conhecimento e de prática, como o capítulo *The sociological problem*³ publicado por Pierce Butler, em 1933, e o trabalho publicado por Margaret Egan e Jesse Shera no qual propuseram o termo ‘epistemologia social’⁴, em 1952. No Brasil, alguns trabalhos desenvolvidos na década de 1980 já apontam a necessidade de incorporar a perspectiva social na pesquisa e ensino em CI⁵.

Neste trabalho, o conceito de regime de informação desenvolvido por González de Gómez é utilizado como um “recurso interpretativo” para observar as relações entre política, informação e poder. Para a pesquisadora, o conceito possibilita analisar a tensão entre as configurações socioculturais e as estruturas jurídico-normativas, técnico-instrumentais e econômico-mercadoológicas que visam a sobre-determinar essa configuração com alguma imposição de direção ou valor (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012).

Como recurso metodológico para identificar alguns aspectos que caracterizam o regime de informação na EPS utiliza-se técnicas dos Estudos Métricos da Infor-

3 BUTLER, P. *An introduction to Library Science*. Chicago: University of Chicago Press, 1933

4 EGAN, M.; SHERA, J. Foundations of a theory of bibliography. *Library Quarterly*, v. 22, n. 2, p. 125-37, 1952.

5 A reestruturação dos cursos oferecidos pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) na década de 1980 apontavam a necessidade de pensar as questões sociais nos processos informacionais.

mação e da Análise de Redes Sociais para identificar o número de artigos científicos publicados ao longo dos anos, os principais periódicos científicos, os principais temas de pesquisa, a rede de coautoria e os principais atores acadêmicos no processo de produção e divulgação do conhecimento. Discute-se também alguns pontos que configuram o regime de informação, como o sistema de avaliação da ciência e mudanças das políticas públicas.

2. Breve história da educação popular e saúde

A EPS, tal como os outros movimentos sociais da América Latina, advém de ações de resistências e reivindicativas que nascem de um sistema social excludente e com desigualdades sociais e discriminação em relação a uma parcela considerável da população.

Além de ser entendida como um movimento social, a EPS está inserida no âmbito da Educação em Saúde, campo de práticas e de conhecimento do setor saúde que tem se ocupado da criação de vínculos entre a ação assistencial e o pensar e o fazer cotidiano da população (VASCONCELOS, 2007). Do ponto de vista dominante e tradicional, a Educação em Saúde é uma área de saber técnico cujo objetivo é instrumentalizar o controle das doenças pelas pessoas. Nesse modelo, os profissionais da saúde possuem o conhecimento técnico-científico que deve ser repassado como normas e condutas para a população (STOZ, 2007).

Durante a ditadura militar no Brasil as políticas de saúde eram voltadas principalmente para a expansão dos serviços privados de saúde e as práticas educativas não tinham espaço significativo. Para contornar esse problema, começa a ser implementada, em meados da década de 1970, uma proposta de medicina comunitária com emprego de técnicas simplificadas e de baixo custo e valorização dos aspectos preventivos da saúde. Nesse contexto, muitos profissionais de saúde passaram a incorporar os preceitos da Educação Popular, tendo como principais referências as obras de Paulo Freire (VASCONCELOS, 2010). Esse grupo de profissionais entendia a atitude de conhecer e o seu resultado, o conhecimento, como atividade não neutra, como produto e condição de trabalho e cidadania e fruto de diversos modos de produção de saberes, ou seja, não restrito ao saber científico (MARTELETO, 2009).

A incorporação dos preceitos da Educação Popular na área da saúde auxiliou no fortalecimento dos serviços comunitários de saúde desvinculados do Estado, na relação entre os profissionais de saúde com os grupos populares e no surgimento de algumas tentativas de organização de ações de saúde integradas à dinâmica social local (VASCONCELOS, 2004). Muitas dessas experiências desenvolvidas na década de 1970 se expandiram e foram referências para pensar o novo modelo de assistência à saúde que começava a ser construído, o Sistema Único de Saúde (SUS).

Após a redemocratização do país e instituição do SUS no final da década de 1980, as lutas por mudanças das políticas sociais se tornaram mais globais e os profissionais de saúde, antes atuando em experiências locais, passaram a ocupar espaços institucionais amplos (VASCONCELOS, 2004).

Durante o 1º Encontro Nacional de Educação Popular e Saúde (ENEPS), em 1991, vários profissionais de saúde, da academia, militantes de movimentos sociais e organizações não governamentais que trabalhavam com os preceitos da Educação Popular na área da saúde se organizaram na Articulação Nacional de Educação Popular e Saúde. Posteriormente, essa articulação passou a se chamar Rede de Educação Popular e Saúde (Redepopsaúde), em 1998.

Ao longo dos anos, o movimento de EPS se expandiu para além das fronteiras das comunidades e hoje está presente nas universidades, nas secretarias de saúde e nos centros de formação profissional. Além da Redepopsaúde, a EPS possui outros coletivos ou grupos, entre eles: o Grupo de Trabalho de Educação Popular e Saúde da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (GT EPS-Abrasco), criado em 2000; a Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação e Saúde (Aneps), criada em 2003; e a Articulação Nacional de Extensão Popular (Anepop), criada em 2005.

Em síntese, pode-se entender como elementos fundamentais da EPS: a historicidade da relação com os oprimidos, sua configuração e pluralidade político-ideológica, a unicidade na intencionalidade de construção de um projeto político de transformação social e a multiplicidade de seus atores como docentes, militantes de movimentos populares, usuários, profissionais e gestores (VASCONCELOS, 2001).

Na área acadêmica existe um crescente trabalho de pesquisa e no processo de produção do conhecimento há preocupação com o diálogo entre pesquisadores e membros da sociedade em geral, tendo em vista que o conhecimento científico não é único e não deve ser passado de modo unidirecional (VASCONCELOS, 2010).

Entre os anos de 2003 e 2016 a EPS ganhou espaço institucional e esteve presente na estrutura do Ministério da Saúde do Brasil, culminando na criação e publicação da Política Nacional de Educação Popular e Saúde (PNEPS-SUS), em 2012 (BRASIL, 2012). A partir de 2016, com o recrudescimento da agenda neoliberal e conservadora e com desmantelamento de algumas políticas sociais e progressistas, novos desafios são (re)apresentados ao movimento de EPS.

3. O conceito de regime de informação

O conceito de regime de informação foi utilizado pela primeira vez em 1995 por Bernd Frohmann quando o autor formulou abordagens críticas aos estudos de políticas de informação desenvolvidas no âmbito da CI, sendo as principais: o fato de desconsiderarem que o poder é exercido nas relações sociais mediadas

pela informação; que o domínio e o controle sobre a informação é mantido por determinados grupos; e que formas específicas de dominação estão implicadas no exercício do poder sobre a informação. Partindo dessa perspectiva, Frohmann considera que existem formas e estruturas específicas de fluxos de informação para diferentes campos, sejam eles acadêmicos, comerciais, industriais ou culturais e propõe o conceito de regime de informação para analisar esses fluxos definindo-o como “um sistema ou rede, mais ou menos estável, na qual a informação flui através de determinados canais – produtores específicos, via estruturas organizacionais específicas, a consumidores ou usuários específicos.” (FROHMANN, 1995, p. 5).

González de Gómez utilizou o conceito pela primeira vez em 1999 no artigo ‘Caráter Seletivo das Ações de Informação’, quando recupera e apresenta alguns elementos teóricos para investigar os fenômenos informacionais e, alguns deles, essenciais para analisar os regimes de informação. Para González de Gómez (1999, p. 27), regime de informação pode ser entendido como:

o modo de produção informacional dominante numa formação social, que define quem são os sujeitos, as organizações, as regras e as autoridades informacionais e quais os meios e os recursos preferenciais de informação, os padrões de excelência e os modelos de sua organização, interação e distribuição. Um “regime de informação” desdobra-se, logo, num conjunto de redes formais e informais nas quais as informações são geradas, organizadas e transferidas de diferentes produtores, através de muitos e diversos meios, canais e organizações a diferentes destinatários ou receptores de informação, sejam estes usuários específicos ou públicos amplos. Em síntese, um regime de informação se caracteriza por sua complexidade e sua não transparência imediata, por nele ocorrerem conflitos, vontades plurais e efeitos não desejados.

Nesse sentido, a autora amplia o conceito elaborado por Frohmann e traz mais elementos para analisar os regimes de informação. Pode-se afirmar que o conceito elaborado por Frohmann está mais relacionado ao fluxo da informação entre atores humanos e não humanos, com base no conceito de redes sociotécnicas de Bruno Latour com destaque aos artefatos tecnológicos. Já a abordagem proposta por González de Gómez é mais flexível e permite observar os fenômenos informacionais por diferentes lentes, seja pelos aspectos políticos, econômicos ou tecnológicos.

Um dos pontos centrais para entender os regimes de informação na perspectiva de González de Gómez é a ideia de estratificação da informação. Apoiada em diferentes autores como L. Wittgenstein, T. Kuhn, B. Latour, P. Bourdieu, C. Geertz

e G. Wersig, a autora afirma que os fenômenos informacionais estão vinculados a diversos estratos ou camadas, sendo eles:

1º) informação semântica ou estrato informacional: relacionada aos processos semânticos e comunicativos, pela abertura e pluralidade das ações sociais, contextos culturais e históricos. O valor, evidência ou testemunho de informação é constituído por regras, quase sempre implícitas;

2º) estruturas de metainformação: relacionadas às regulamentações e orientações que definem as possibilidades de relações entre duas ou mais informações ou documentos. São constituídas por regras formalizadas, padrões convencionais e contratos. Também podem ser chamadas de “estrato regulatório”, entendido como o estrato mais especificamente institucional ou organizacional e “de intermediação entre a proliferação de conteúdos semânticos e as restrições operacionais e econômicas dos dispositivos” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 25).

3º) artefatos de informação: relacionada às questões tecnológicas e de infraestrutura, estão sujeitas a condições genéricas. No sentido ampliado, designa a convergência das diferentes tecnologias de comunicação, informática e telecomunicação e a Internet é entendida como principal lócus de realização dessa convergência e sua constituição tende a ser modelável (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009).

González de Gómez (1999) propõe o estudo das diferentes camadas em sua interconexão, assimetrias e articulação, observando os aspectos seletivos e de decisão das ações de informação.

Para definir ação de informação apoia-se principalmente nos estudos desenvolvidos por Gernot Wersig. De acordo com o autor “ação” e “comportamento” são conceitos intimamente relacionados em sua natureza, porém, quando aplicados na pesquisa, o sentido do conceito de comportamento corresponde ao que é observável, enquanto ação liga-se a uma intenção do ator em alcançar algo, o que torna a ação significativa para cada agente específico. Por isso, ao observar as ações confronta-se com a necessidade de compreender os sentidos que lhes estão subjacentes, uma vez que a ação é resultado da interação de múltiplos componentes os quais podem ser descritos em níveis ou camadas diferentes (WERSIG, 1985, p. 18, apud GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 17).

Assim, para González de Gómez (1999, p. 4), “Uma ação de informação antecipa e condiciona a concepção ou aceitação de algo como informação – tal como a ação de documentar antecipa e condiciona o que será produzido e reconhecido como documento”. Essas ações são realizadas “por atores sociais em suas práticas e atividades, ancoradas culturalmente numa forma de vida e geradas em comunidades epistêmicas ou configurações coletivas de relações intersubjetivas” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2012, p. 27).

Tal como Frohmann, González de Gómez (1999) destaca a importância da perspectiva relacional para analisar os fenômenos informacionais. Baseada principalmente na teoria ator-rede, a autora destaca o agenciamento de elementos heterogêneos nas redes informacionais e entende que os atores estão inter-relacionados e que qualquer ação pode afetar a rede como um todo. Por outro lado, articula o conceito de rede com o de dispositivo de Michael Foucault e entende esse último como configurações estruturantes das redes, ou seja, eles “sobre determinam e especificam características das redes.” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 1999, p. 26).

Nos estudos seguintes González de Gómez (2002; 2009; 2019) retoma o conceito de regime de informação buscando maior consistência na construção do conceito, o reformula a partir do cruzamento de três abordagens, sendo elas: o ‘regime de informação’ de B. Frohmann; ‘modo de informação’ de M. Poster; e o ‘regime global de informação’ de S. Braman. Segundo a autora as três abordagens compartilham uma perspectiva ampliada da informação e permitem investigar questões emergentes e temáticas inovadoras.

Para González de Gómez (2009), cada nova configuração de um regime de informação é resultado de diferentes modos de configuração de uma ordem socio-cultural política e também o condiciona. Inspirada nos estudos desenvolvidos por Sandra Braman, que afirma que existe um só regime global emergente de informação, González de Gómez acredita que nas últimas décadas o modelo de regime de informação estadocêntrico foi se alterando para um novo modelo no qual atores públicos e privados possuem o poder seletivo e formativo sobre a informação e a comunicação. No entanto, as mudanças ocorridas nas últimas décadas não eliminaram o papel ordenador do Estado, mas alteraram as figuras info-comunicacionais dominantes (GÓNZÁLEZ DE GÓMEZ, 2009).

Diante das reflexões apresentadas por González de Gómez, propõe-se discutir os processos de produção e divulgação do conhecimento por parte dos atores acadêmicos da EPS por meio da perspectiva de regimes de informação. No entanto, uma vez que esses atores fazem parte tanto de uma rede de movimentos social quanto de campo científico, faz-se necessário considerar esse duplo pertencimento.

4. Redes de movimentos sociais na saúde e os atores acadêmicos

Neste trabalho, o conceito de rede é utilizado para situar o local institucional e social dos atores acadêmicos. Já o conceito de campo científico de Pierre Bourdieu é empregado a fim de dimensionar a estrutura e funcionamento da EPS, assim como os embates e lutas dos diferentes atores do campo.

Entende-se como redes de movimentos sociais movidas por ação coletiva como enredamentos complexos que unem pessoas e organizações sem fronteiras

bem definidas na luta por causas comuns. Nesses movimentos, a própria identidade vai se formando de maneira dialógica a partir das discussões e das identificações sociais, éticas, culturais e políticas comuns a seus membros (SCHEREN-WARREN, 2005). Nesse sentido, a compreensão da EPS como uma rede de movimento social possibilita explorar o caráter de mobilização e luta social dos atores. Segundo Scherer-Warren (2006, p. 7):

a ideia de rede de movimento social é, portanto, um conceito de referência que busca apreender o porvir ou o rumo das ações de movimento, transcendendo, portanto, as experiências empíricas, concretas, datadas, localizadas dos sujeitos/atores coletivos (...). O movimento propriamente dito resulta, portanto, da dinâmica articulatória entre diversos atores da sociedade civil em nome de um projeto ou utopia de mudança social.

Faz-se necessário distinguir também coletivos em rede e redes de movimentos sociais. O primeiro se refere a conexões entre organizações empiricamente localizáveis como, por exemplo, a Redepopsaúde, a Aneps e o GT EPS-Abrasco. Esses são segmentos (nós) de uma rede mais ampla de movimento social em prol da EPS, que se caracteriza por ser uma rede de redes. Os coletivos em rede têm como foco buscar apoios solidários, ou mesmo estabelecer estratégias de ação conjuntas. Além disso, buscam a troca de informações (SCHEREN-WARREN, 2006).

A análise das redes de movimentos sociais deve considerar que diferentes atores desempenham diferentes papéis. No caso da EPS a rede é composta principalmente por profissionais de saúde, membros da comunidade, representantes de organizações não-governamentais, políticos e atores acadêmicos. Esses últimos têm como uma das características conceber críticas e desafiar os critérios positivistas e elitistas do conhecimento e as formas com ele é produzido, difundindo e reproduzindo pelas instituições (MARTELETO, 2012). Nesse sentido, os atores acadêmicos na EPS se aproximam do que Foucault (1979) denominou “intelectuais específicos”. Segundo Foucault (1979) não se espera mais que os intelectuais assumam um papel de detentores da verdade e que atuem no universal, mas sim em setores determinados, em locais precisos que os situam. Com isso, as lutas ganham uma consciência muito mais concreta e imediata e se aproximam da sociedade em geral por duas razões: “Porque se trata de lutas reais, materiais e cotidianas, e porque encontravam com frequência, mas em outra forma, o mesmo adversário.” (FOUCAULT, 1979, p. 9). Para Foucault, o papel do intelectual específico deveria ser tornar cada vez mais importante, porque ele é obrigado a assumir responsabilidades políticas em relação a um sistema de poder que barra, proíbe e invalida outros discursos que não o científico.

A análise de rede formada pelos membros da Redepopsaúde, um dos coletivos da EPS, demonstrou que os atores acadêmicos ocupam posições de destaque (MARTELETO; TOMAÉL; SILVA, 2012; SILVA, 2013). Por meio da medida de centralidade de grau, que mensura a quantidade de ligações que um determinado ator possui na rede, e centralidade de intermediação, que mensura a capacidade de um determinado ator de intermediar as ações e informações da rede, observa-se que os atores acadêmicos⁶ exercem papel de centralidade e possuem o poder de intermediar as ações e informações que circulam entre os atores. Alguns, ainda, são reconhecidos como expoentes no campo da EPS (SILVA, 2013).

Entre os conceitos trabalhados pelos atores acadêmicos da EPS, destaca-se o de construção compartilhada do conhecimento. Também entendida como recurso metodológico, a noção foi criada a partir da busca por um novo paradigma teórico-epistemológico para se compreender e se efetivar a relação entre acadêmicos, intelectuais, técnicos e representantes do poder público com a população (MARTELETO; VALLA, 2003) e está pautada em três dimensões: a política, a epistemológica e a educativa. A dimensão política está relacionada à luta pelo fortalecimento das políticas de saúde e, principalmente, do SUS. A dimensão epistemológica destaca o valor do conhecimento produzido entre o senso comum e a ciência. Sendo assim, a ciência também deve incorporar as dimensões políticas presentes no conhecimento produzido pelo senso comum. Já a dimensão educativa tem no construtivismo a referência teórica para o conceito de aprendizagem (BRASIL, 2007).

Os atores acadêmicos que atuam na EPS, além de participarem de redes de movimentos sociais, integram um campo científico (BOURDIEU, 1983, 2004). Nesse sentido, associa-se o conceito de campo ao de rede, a qual:

Permite a interpretação o alcance, tanto do aspecto estrutural quanto relacional e reflexivo da informação, comunicação e divulgação em saúde: os níveis individual, técnico, estruturante e os níveis relacionais e sociais que um estudo de caráter qualitativo deve comportar para compreender as configurações epistemológicas, políticas e históricas do campo da saúde e as representações do que seja saúde de um ponto de vista informacional e comunicacional (MARTELETO; SILVA, 2015, p. 141).

6 A pesquisa de mestrado considerou como atores acadêmicos os membros do GT de Educação Popular e Saúde da Abrasco no ano de 2012 empregando os dados coletados na pesquisa “Antropologia da Informação e Redes Sociais na Saúde”, coordenada pela Dra. Regina Marteleto, por meio de questionário circulado na lista de discussão mantida pela Redepopsaúde, respondido por 69 membros da lista entre os meses de novembro e dezembro de 2011.

Na perspectiva bourdieusiana, cada campo possui objetos, regras, interesses e procedimentos específicos e todo campo é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar determinadas estruturas. Para Bourdieu, um campo se define, entre outras formas:

Através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irreduzíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos [...] e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo (BOURDIEU, 1983, p. 89).

No campo científico o que está em jogo nessa luta é o monopólio da autoridade científica, relacionado aos capitais técnicos e sociais; e o monopólio da competência científica, relacionado à capacidade de falar e de agir legitimamente (BOURDIEU, 1983).

Existem, ainda, duas formas de poder que correspondem a duas espécies de capitais científicos, são elas: um poder temporal ou político – ligado à ocupação de posições importantes no meio acadêmico e ao poder dos meios de produção do conhecimento, e é adquirido por estratégias políticas – e um poder específico – ligado ao reconhecimento do conjunto de pares ou por parte deles (BOURDIEU, 2004). As escolhas científicas são pensadas como uma estratégia política de investimento, orientadas para o reconhecimento dos outros pesquisadores - os pares-concorrentes.

5. Reflexões sobre o regime de informação na EPS

A EPS encontrava-se em um estágio no qual as disputas ocorriam tanto no plano externo, ou seja, do campo da saúde e seus subdomínios, quanto no próprio campo interno da EPS. Assim como outros campos, o campo da EPS possui atores que produzem conceitos fundantes e afirmadores de seus princípios, que se organizam em coletivos, constroem e compartilham desejos e aspirações e que disputam a viabilidade dos seus projetos (PEDROSA, 2008). A EPS também pode ser considerada como um campo científico em constituição, no qual há princípios básicos que o diferenciam dos demais campos e que servem para identificar suas características, criando e alimentando o sentimento de pertencimento por parte dos envolvidos.

Entre os marcos para institucionalização de uma determinada área de conhecimento, destacam-se: produção e divulgação de conhecimento em canais formais de comunicação científica (artigos, livros e capítulos de livros, teses e dissertações); criação de associações ou sociedades científicas; organização de eventos científicos; e oferecimento de disciplinas em programas de pós-graduação. Essas atividades

estão relacionadas ao estrato informacional, de estruturas de metainformação e os artefatos de informação, algumas delas apresentadas a seguir.

Os atores acadêmicos que atuam na EPS podem encontrar resistências no âmbito acadêmico ao não se enquadrarem no “modelo tradicional de ciência”, uma vez que a produção e divulgação do conhecimento em EPS pressupõem o diálogo com atores externos ao campo, ancorado em práticas de construção compartilhada do conhecimento, diferenciando-a de outras áreas tradicionais das ciências. Como destacam Acioli e Pedrosa (2020, p. 2840):

É importante lembrar que, ao falarmos de EPS, estamos falando de práticas que possuem como princípios o diálogo, a problematização, formas partilhadas de construção de conhecimentos e saberes, a busca por emancipação e ação política de transformação social em favor das classes populares e grupos marginalizados e subalternizados. Esses princípios pressupõem a incorporação de formas de pesquisar dentro de suas práticas. Ou seja, formas de pesquisar que considerem os interesses e saberes dos grupos envolvidos nas investigações e que, principalmente, sejam realizadas em diálogo, e principalmente com todos os envolvidos. Dessa forma, estaria implícita uma correlação inevitável entre EPS, pesquisa e produção de conhecimentos.

Diante da especificidade da EPS, os atores acadêmicos na EPS possuem algumas práticas e ações que os distinguem de atores de outros campos do conhecimento. Entre os canais de comunicação do coletivo destaca-se a importância da lista virtual de discussão mantida pela Repopsaúde com a participação de diversos atores. Pedrosa (2008) aponta que a lista produziu discussões que resultaram em produções editoriais e possibilitou análises conjunturais de temáticas correlacionadas. Segundo Marteleto (2013), a lista virtual pode ser entendida como um dispositivo técnico de informação e comunicação em saúde, e como tal reflete as relações da própria comunidade que nela se reúne. Na lista de discussão foi possível observar tensões e conflitos relacionados à institucionalização da EPS, à aproximação com o Estado e ao afastamento relativo das bases e dos movimentos sociais. A “crise da lista”, reflexo do que ocorria no próprio campo da EPS, levou ao seu encerramento em 2013 e uma nova lista foi aberta posteriormente. Também foram produzidos outros recursos de informação e comunicação, como o Boletim Nós na Rede, o sítio web da RedepopSaúde⁷ e documentos técnicos-científicos. Nos últimos anos

7 Website: <https://www.ufpb.br/redepopsaude>

observa-se também o aumento do uso de mídias sociais (*Twitter, Facebook, blogs*) e aplicativos de mensagens instantâneas (*Whatsapp, Telegram*).

Apesar do desenvolvimento das novas tecnologias de comunicação e informação, a conversa entre colegas ainda é importante para o desenvolvimento das ações da rede. Essas conversas ocorrem principalmente durante os diversos eventos, seminários e encontros promovidos pelos diferentes coletivos da EPS, como o Encontro Nacional de Educação Popular e Saúde (Eneps) e as reuniões do GT EPS-Abrasco durante os congressos da Abrasco, e por outras organizações ou associações, como as Reuniões da Rede Unida e os Congressos Brasileiros de Enfermagem. Durante os Congressos Brasileiros de Saúde Coletiva (Abrascão), principal evento do campo da Saúde Coletiva, diversas entidades e coletivos da EPS organizam a Tenda Paulo Freire, espaço integrador de vocalização e diálogo que reúne pesquisadores, estudantes, membros dos movimentos sociais e comunitários e profissionais de saúde.

A atuação dos atores acadêmicos da EPS ocorre principalmente na interface das Ciências da Saúde com as Humanas e Sociais e parte dos pesquisadores possui formação em ambas as áreas, manifestando-se, assim, uma certa interdisciplinaridade do campo. Esses pesquisadores, em sua maioria, estão vinculados aos departamentos, escolas ou centros de saúde de universidades ou instituições de pesquisa públicas e são docentes em programas de pós-graduação (SILVA, 2013). Por isso, são submetidos a avaliações que privilegiam uma lógica produtivista da ciência, quando são induzidos a publicar em periódicos científicos com bom indicador bibliométrico e indexados em grandes bases de dados internacionais.

No campo da saúde como um todo nota-se a formação de dois sistemas, um de pesquisa e produção do conhecimento relacionado aos problemas de saúde; e outro de edições e publicações que estabelece hierarquias entre as revistas e, por consequência e de modo indevido, entre os conhecimentos que elas difundem (MARTELETO; SILVA, 2015). No caso da EPS, as pesquisas e os conhecimentos produzidos, em sua maioria, abordam temáticas de saúde no plano local, as quais geralmente não são bem recebidas pelos periódicos científicos internacionais e de grande circulação.

Um dos exemplos mais emblemáticos de avaliação é o Sistema de Avaliação dos Programas de Pós-Graduação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Como parte das pesquisas sobre EPS são desenvolvidas por docentes ou discentes de Programas de Pós-Graduação, sua produção científica é avaliada pela Capes por meio do Qualis Periódicos e Qualis Livros. Apesar de ser desenvolvido exclusivamente para avaliação dos programas de pós-graduação brasileiros, o Qualis Periódicos é usado equivocadamente para outros fins, como concursos públicos e editais de financiamento de pesquisa.

Recentemente a Capes reformulou os critérios de avaliação da produção intelectual, dividindo-os em três níveis de análise: 1º) análise quantitativa da produção total do programa de pós-graduação; 2º) análise dos melhores produtos dos docentes permanentes; 3º) análise dos melhores produtos dos Programas de Pós-Graduação. No primeiro nível, como se trata de grande volume de dados, é adotado um novo Qualis com discurso de ser mais objetivo e baseado em quatro princípios: classificação única - cada periódico recebe apenas uma qualificação, independentemente da quantidade de áreas de avaliação nas quais foi mencionado; classificação por áreas-mães - os periódicos foram agrupados de acordo com a área na qual houve maior número de publicações nos anos de referência avaliativa; qualis referência - por meio do uso combinado de indicadores bibliométricos e um modelo matemático; indicadores bibliométricos - basicamente, são os que consideram o número de citações do periódico dentro de três bases de dados: *Scopus* (*CiteScore*), *Web of Science* (Fator de Impacto) e *Google Scholar* (índice h5) (CAPES, 2019)⁸.

A Abrasco⁹, preocupada com as repercussões dessas mudanças na área de Saúde Coletiva, apontou alguns problemas relativos aos Novo Qualis, no qual destaca-se a possibilidade de os pesquisadores preferirem publicar em periódicos de outras áreas com melhor qualificação, migração dos periódicos da área de Saúde Coletiva para outras que adotam parâmetros mais favoráveis e sub financiamento dos periódicos nacionais da área. Soma-se aos problemas, as distintas práticas de citação entre as diferentes áreas que compõem a Saúde Coletiva, impactando diretamente na produção do indicador bibliométrico.

A avaliação da ciência baseada em indicadores bibliométricos reforça uma lógica produtivista e os pesquisadores são induzidos a publicarem em periódicos científicos com bons indicadores e indexados em grandes bases de dados internacionais. Nesse contexto, Freitas (2017, p. 126), faz um paralelo dessa lógica com o uso taylorista do controle de “tempos e movimentos” aplicados ao trabalho intelectual de concepção criativa e pergunta se “esta seria mais uma investida rumo à sua subordinação real ao capital”.

Apesar de parecer consenso entre os pesquisadores e gestores que é necessário instrumentos de avaliação para distribuição de recursos e para premiações, não é consenso sobre qual é o melhor método. Decorrente das inúmeras críticas ao uso crescente de indicadores bibliométricos, surgem esforços para melhorar os sistemas de avaliação e novas possibilidades de avaliação, como o uso de

8 Informação disponível em: <https://www.capes.gov.br/36-noticias/9730-capes-melhora-ferramentas-de-avaliacao-da-pos-graduacao>. Acesso em: 18 ago. 2020.

9 Informação disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/noticias/institucional/abrasco-discute-criterios-nova-proposta-do-qualis-periodicos/42166/>. Acesso em: 18 ago. 2020.

métricas alternativas (altmetria) e outras relacionadas ao movimento de ciência aberta (SILVA; FREITAS; CABRAL, 2017). Essas e outras formas de avaliação afetam os processos de produção e divulgação do conhecimento em todas as áreas do conhecimento.

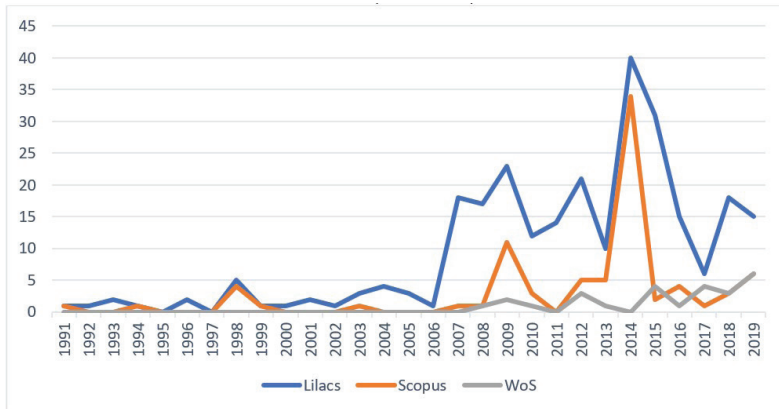
Para identificar o perfil da produção científica em EPS, realizou-se uma busca por artigos científicos relacionados à EPS publicados por pesquisadores vinculados às instituições brasileiras entre 1991 e 2019 no dia 25 de agosto de 2020 na coleção principal da *Web of Science* (WoS) e na *Scopus*, principais bases de dados consideradas pelos sistemas de avaliação da ciência, utilizando a chave de busca (“educação popular” AND saúde) OR (“popular education” AND health), e na Lilacs¹⁰, principal base de dados da área da saúde na América Latina, utilizando a chave de busca “educação popular” OR “popular education”.

Parte expressiva da produção científica relacionada à EPS não é indexada pelas principais bases de dados internacionais consideradas nos sistemas de avaliação. Ao comparar as revistas que publicaram artigos relacionados à EPS recuperados na WoS (n= 26) e *Scopus* (n= 84) com a Lilacs (n= 268), nota-se que algumas revistas relevantes para divulgação do conhecimento em EPS, como a Revista APS e Trabalho, Educação e Saúde não são indexadas pelas bases internacionais. Além destas, destacam-se outras revistas que publicam artigos relacionados à EPS: Interface – Comunicação, Saúde, Educação; Caderno Cedes; Texto & Contexto – Enfermagem; Cadernos de Saúde Pública; e Ciência e Saúde Coletiva.

Nota-se o crescimento do número de publicações a partir de 2006 (Gráfico 1). Nesse sentido, pode-se correlacionar a produção e divulgação do conhecimento em EPS às políticas públicas. Entre 2003 e 2016 a EPS ocupou espaço institucional no Ministério da Saúde, conforme mencionado anteriormente. Foi publicada a Política Nacional de Educação Popular e Saúde, em 2012, e ocorreu a expansão das universidades públicas e dos Programas de Pós-Graduação, principais lócus de produção do conhecimento científico. Nos últimos anos, no entanto, vem ocorrendo ataques às universidades públicas e à ciência brasileira, principalmente às ciências humanas e sociais, e a diminuição de financiamentos para desenvolvimento de novas pesquisas. Soma-se às preocupações, a proposta de reforma administrativa a qual pretende retirar a estabilidade e autonomia dos servidores públicos, incluindo professores e pesquisadores, colocando-os a mercê dos gestores e políticos.

10 A busca na base Lilacs foi realizada por meio do Portal Regional da Bvs. Não foi utilizado o termo ‘saúde’ por ser tratar de uma base temática da área da saúde. Foram 291 artigos recuperados. Após a exclusão de duplicatas e de artigos de autores de pesquisadores vinculados somente às instituições estrangeiras, chegou-se ao total de 268 artigos.

Gráfico 1 - Número de artigos publicados na WoS, Scopus e Lilacs relacionados à Educação Popular e Saúde (1991-2019)

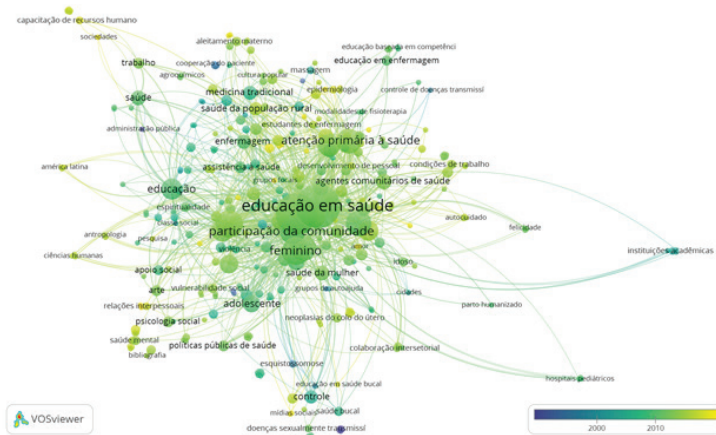


Fonte: Extraído da WoS, Scopus e Lilacs

Com o objetivo de identificar os principais temas de pesquisa entre 1991 e 2019, realizou-se uma análise de coocorrência de descritores ($n = 334$) a partir dos artigos recuperados na base Lilacs ($n = 268$) utilizando o *software* VOSviewer (Figura 1). Entre os temas mais abordados nos artigos científicos no período destacam-se: educação em saúde, educação da população, participação da comunidade, promoção da saúde, atenção primária à saúde, estratégia saúde da família, SUS, profissionais da saúde (enfermagem e agentes comunitários de saúde) e grupos populacionais específicos (mulheres, homens, adolescentes e idosos). Em relação à variação temática ao longo dos anos, observa-se que não há mudanças substanciais. No entanto, observa-se temas emergentes como saúde mental e aleitamento materno.

Os polos de produção e divulgação do conhecimento científico em EPS estão na região Nordeste e Sudeste do país, principalmente nos estados do Rio de Janeiro, Paraíba e Ceará. Os artigos são, em sua maioria, publicados por pesquisadores vinculados a instituições e universidades públicas, destacando-se a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), a Universidade Estadual do Ceará (UECE) e a Universidade Federal do Ceará (UFCE). Apresentando, assim, pouca capilaridade no Norte e Centro-Oeste do país. Destacam-se também as publicações de profissionais e pesquisadores vinculados ao Ministério da Saúde e secretarias municipais e estaduais de saúde.

Figura 1 – Temas de pesquisa na EPS (1991-2019)



Fonte: Extraído da Lilacs

Para identificar a formação de grupos e os pesquisadores com papel de destaque no processo de produção e divulgação do conhecimento que ocorrem no estrato informacional, realizou-se a análise de redes formada pela coautoria em artigos científicos recuperados na Lilacs ($n = 268$) utilizando o *software Gephi*.

Excluindo os 33 autores que não publicaram em coautoria, a rede possui 647 atores, ou seja, 647 autores que publicaram pelo menos 1 artigo em coautoria entre 1991 e 2019. A rede é fragmentada, possuindo 117 componentes ou grupos conectados (Figura 2), indicando, assim pouca diversidade de conexões entre os atores acadêmicos. O estabelecimento de ligações entre os atores da rede pode estar relacionado à proximidade geográfica, temática ou, até mesmo, por afinidades pessoais. O maior componente (componente gigante) é o maior formado por 170 autores (Figura 3).

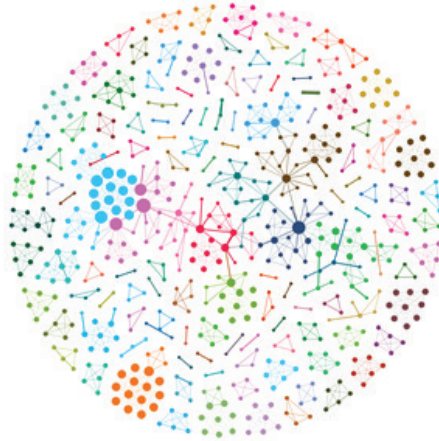
Entre os atores que mais colaboram e com maior influência na rede, destacam-se, Pedro José Santos Carneiro Cruz, Maria Rocineide Ferreira da Silva, Helena Maria Scherlowski Leal David, Eduardo Navarro Stotz e Ernani Valetin do Prado (Tabela 1), pois possuem alta centralidade de grau e centralidade de intermediação¹¹.

A centralidade de grau está relacionada à quantidade de ligações que um ator possui com outros atores da rede. Portanto, um ator com alta centralidade de grau está em contato direto com diversos outros atores da rede e pode exercer um papel de influência ou ponto focal de comunicação em relação aos seus contatos diretos.

11 As medidas de centralidade consideraram somente o componente gigante.

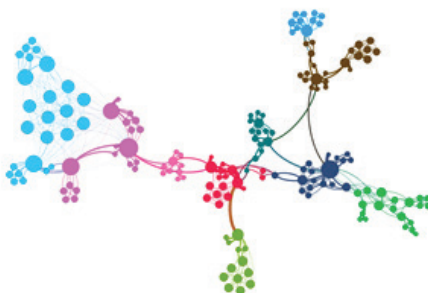
Na rede de EPS, destaca-se Pedro Cruz, Maria Rocineide da Silva, Helena Maria David, Eduardo Stotz e Ernande Prado. Os atores com baixa centralidade de grau ocupam uma posição periférica, podendo ser excluídos das ações e dos processos de comunicação da rede (FREEMAN, 1979). No entanto, esses atores também podem exercer um papel fundamental para desenvolvimento da rede, pois possuem mais capacidade de trazer informações que circulam de fora da rede.

Figura 2 – Rede de coautoria em artigos relacionados à EPS (1991-2019)



Fonte: Extraído da Lilacs

Já a centralidade de intermediação é medida a partir da frequência que um ator está localizado no caminho mais curto entre outros pares da rede (FREEMAN, 1979). Nesse sentido, quanto maior a centralidade de intermediação, maior capacidade de intermediar as ações e informações que circulam na rede, pois os outros atores dependem para fazer as conexões. Também reconhecidos como “pontes”, esses atores são considerados chave, visto que sua saída da rede pode afetar as ações e fluxo informacional (BORGATTI, 2006). Na rede de EPS, os 5 autores com maior centralidade de grau também possuem as 5 maiores centralidades de intermediação.

Figura 3 – Componente gigante da rede de coautoria em artigos relacionados à EPS (1991-2019)

Fonte: Extraído da Lilacs

Tabela 1 – Principais atores no processo de produção e divulgação do conhecimento em EPS

Centralidade de grau		Centralidade de intermediação	
Autor	Medida	Autor	Medida
Cruz, P	8,5834	David, H	0,455107
Silva, M	6,0004	Cruz, P	0,422957
David, H Stotz, E	6,0003	Silva, M	0,39844
Prado, E	5,9999	Prado, E	0,33284
Bornstein, V	4,9998	Stotz, E	0,313525
Andrade, L	4,0004	Bornstein, V	0,292188
Vasconcelos, E Bonetti, O	3,9999	Pereira, I	0,281692
Ribeiro, K Souza, K	3,9998	Vasconcelos, E	0,273887
Oliveira, L	3,9337	Valla, V	0,215279

Fonte: Elaborado pelo autor

Através das medidas de centralidade também foi possível diagnosticar o papel importante de mobilização da rede dos atores acadêmicos do Nordeste e Sudeste e a distribuição relativamente desigual entre os atores da rede. Em uma rede formada por poucos atores com alta centralidade de grau e muitos atores com baixa centralidade de grau, os novos atores que ingressam na rede podem buscar estabelecer preferencialmente conexão com os atores com maiores centralidades de grau (BA-

RABÁSI; ALBERT, 1999). No caso da rede de EPS, os atores com maior centralidade de grau e intermediação são docentes de programas de pós-graduação, possuem longa trajetória de luta no movimento de EPS e tiveram um papel ativo no processo de instituição da Política Nacional de Educação Popular e Saúde.

6. Considerações finais

Com base no conceito de regime de informação desenvolvido por González de Gómez, no conceito de campo científico de Pierre Bourdieu e de rede, este trabalho buscou entender os processos de produção e divulgação do conhecimento na EPS. Sem a intenção de descrever todos os possíveis fatores que agenciam o processo de produção e divulgação do conhecimento e caracterizam o regime de informação, foi apresentado um breve panorama do campo e alguns desafios que (re)configuram o regime de informação, como as mudanças das políticas públicas e dos sistemas de avaliação da ciência.

No contexto pesquisado, a produção do conhecimento se realiza a partir da relação entre os atores acadêmicos e outros da rede de movimento social em EPS, favorecendo a circulação de informações, o compartilhamento e apropriação do conhecimento, além de propiciar a construção compartilhada do conhecimento. Essa prática, apesar de louvável, é preterida por algumas instituições e organizações acadêmicas e pelo sistema de editorial vigente.

Os atores acadêmicos possuem uma posição de destaque na rede, pois estes são reconhecidos como expoentes do campo, podendo exercer, assim, o papel de mentores, uma vez que suas posições na estrutura da rede e percursos históricos possibilitam articular a teoria com a prática; e de cosmopolitas, representando o campo nas esferas políticas e de gestão. Como canais de comunicação, são utilizados diversos recursos e dispositivos de informação e comunicação, destacando-se a lista virtual de discussão, recursos da Internet e aplicativos de mensagens instantâneas. Além das conversas presenciais durante os eventos científicos.

A EPS também pode ser entendida como um campo científico em fase de institucionalização nos planos epistemológico, social e político, obtendo, reconhecimento e visibilidade nas esferas acadêmicas, políticas e da sociedade. No entanto, os avanços alcançados nos últimos anos correm riscos diante dos constantes ataques às universidades públicas, à educação popular, às ciências humanas e sociais e ao desmantelamento do SUS.

Entre alguns pontos que caracterizam o campo científico da EPS e configuram o regime de informação, destacam-se: a) formação multi/interdisciplinar; b) atuação no âmbito da Saúde Coletiva; c) estabelecimento de elos com instituições não-acadêmicas; d) concentração na região Nordeste e Sudeste; e) atuação, prin-

cialmente, em centros e departamentos de saúde de instituições e universidades públicas; f) divulgação do conhecimento em periódicos, livros, eventos científicos e produtos não convencionais.

No estrato regulatório, uma vez que os atores acadêmicos, em grande parte, atuam em instituições e universidades públicas e são vinculados à programas de pós-graduação, são submetidos sistemas de avaliação que não atendem, reconhecem ou se recusam a aceitar os preceitos da Educação Popular e a lógica singular de produção do conhecimento.

Por fim, a EPS obteve nos últimos anos reconhecimento e visibilidade nas esferas acadêmicas, políticas e da sociedade. No entanto, os avanços alcançados estão ameaçados diante do cenário político e social atual. Questiona-se, assim, qual é o grau de autonomia do campo científico da EPS? Uma vez que os princípios da EPS estão em perigo, eles podem ser expressos no regime de informação e impactando nos processos de produção e divulgação do conhecimento?

7. Referências

- ACIOLI, Sonia; PEDROSA, José Ivo dos Santos. Os processos de produção de conhecimentos e pesquisa na educação popular e saúde. **Revista Educação Popular**, Uberlândia, Edição Espacial, p. 281-289, 2020.
- BARABÁSI, Albert-László; ALBERT, Réka. Emergence of scaling in random networks. **Science**, v. 286, n. 5439, p. 509-512, 1999.
- BORGATTI, Stephan P. Identifying sets of key players in a social network. **Computational & Mathematical Organization Theory**, v. 12, n. 1, p. 21-34, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero Limitada, 1983.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Educação Popular e Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Política Nacional de Educação Popular em Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2012.
- CAPURRO, Rafael. Epistemologia e ciência da informação. In.: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO - ENANCIB, 5., 2003. Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: UFMG, 2003.
- CRONIN, Blaise. The sociological turn in information science. **Journal of Information Science**, v. 34, n. 4, p. 465-475, 2008.
- FERNANDES, Geni Chaves. Desempacotando o paradigma físico da ciência

- da informação. **Logeion**: filosofia da informação, v. 4, n. 2, p. 127-146, 2018.
- FOUCAULT, M. Os intelectuais e o poder: conversa entre Michel Foucault e Gilles Deleuze. In: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979. p. 69-78.
- FREEMAN, Linton C. Centrality in **social networks** conceptual clarification. *Social Networks*, v. 1, n. 3, p. 215-239, 1979.
- FREITAS, Lídia Silva de. Base de dados e indicadores na produção científica: articulando informação, conhecimento e ética. In: GÓNZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide; CIANCONI, Regina Barros. **Ética da informação**: perspectivas e desafios. Rio de Janeiro: Garamond, 2017. p. 110-119.
- FROHMANN, Bernd. Talking information policy beyond information science: applying the actor network theory. In: OLSON, H. A.; WARD, D. B. (ed.). ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN ASSOCIATION FOR INFORMATION SCIENCE, 23., 1995, Edmonton, Alberta, **Proceedings...** 1995.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 31, n. 1, p. 27-40, jan./abr. 2002.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. O caráter seletivo das ações de informação. **Informare**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 7-31, 1999.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Reflexões sobre a genealogia dos regimes de informação. **Informação e Sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 29, n. 1, p. 137- 158, 2019.
- GONZÁLEZ DE GÓMEZ, Maria Nélide. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação e sociedade**: estudos, João Pessoa, v. 22, n. 3, p.43-60, 2012.
- MARTELETO, Regina Maria; VALLA, Victor Vincent. Informação e Educação Popular: o conhecimento social no campo da saúde. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 08, n. 1, p. 8-21, 2003.
- MARTELETO, Regina Maria. Jovens, violência e saúde: construção de informações nos processos de mediação e apropriação de conhecimentos. **Reciis**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 3, p. 17-24, set. 2009.
- MARTELETO, Regina Maria. Redes Sociais, informação e apropriação de conhecimentos em saúde nos espaços locais: os papéis dos atores. In: EGLER, Tamara Tania Cohen; TAVARES, Hermes Magalhães (Orgs.). **Política pública, rede social e território**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. p. 217-244.
- MARTELETO, Regina Maria. Escritas orais e oralidades escritas: a lista virtual de discussão da Rede de Educação Popular e Saúde. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2013.
- MARTELETO, Regina Maria; SILVA, Marcus Vinícius Pereira da. Redes, campo

- científico e processos de informação e comunicação em saúde. In.: TOMAÉL, Maria Inês; MARTELETO, Regina Maria (Orgs.). **Informação e redes sociais: interfaces de teorias, método e objetos**. Londrina: EDUEL, 2015. p. 136-155.
- MARTELETO, Regina Maria; TOMAEL, Maria Inês; SILVA, Marcus Vinícius Pereira da. Processos de comunicação e fluxos de informação em redes sociais: uma análise da Rede de Educação Popular e Saúde. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 13., 2012, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2012.
- PEDROSA, José Ivo dos Santos. Educação Popular e Saúde e gestão participativa no Sistema Único de Saúde. **Revista APS**, Juiz de Fora, v. 11, n. 3, p. 303-313, 2008.
- SCHEREN-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n. 1, jan./abr. 2006.
- SCHEREN-WARREN, Ilse. Redes Sociais: trajetórias e fronteiras. In: DIAS, Leila Cristina; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da. **Redes, Sociedade e Territórios**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2005.
- SILVA, Marcus Vinícius Pereira da. **Construção e divulgação do conhecimento no campo da Educação Popular e Saúde**. 2013. 91 f. Dissertação (Mestrado em Informação e Comunicação em Saúde) – Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2013.
- SILVA, Marcus Vinícius Pereira da; FREITAS, Lídia Silva de; CABRAL, Jacqueline Ribeiro. Aspectos normativos da avaliação das ciências: reflexões para a pesquisa em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz. **Reciis**, Rio de Janeiro, v. 11, suppl., p. 1-11, 2017.
- VASCONCELOS, Eymard Mourão. Educação popular: de uma prática alternativa a uma estratégia de gestão participativa em saúde. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p. 67-84, 2004.
- VASCONCELOS, Eymard Mourão. Educação Popular: instrumento de gestão participativa dos serviços de saúde. In: BRASIL. Ministério da Saúde. **Caderno de Educação Popular e Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2007. p. 18-29.
- VASCONCELOS, Eymard Mourão. O significado da educação popular e saúde na realidade e na utopia da atenção primária à saúde brasileira. In: MANO, Maria Amélia Medeiros; PRADO, Ernane Valentin. (Org.). **Vivências de educação popular na atenção primária à saúde: a realidade e a utopia**. São Carlos: EdUFSCar, 2010. p. 13-19.
- VASCONCELOS, Eymard Mourão. Redefinindo as práticas de Saúde a partir de experiências de Educação Popular e Saúde. **Interface**, Botucatu, v. 5, n. 8, p. 121-126, 2001.